

II. Deliberações

Câmara

- 1. Aprovação da ata n.º 38/2023 da reunião ordinária de 15 de maio de 2023.**

XIII MANDATO

ATA N.º 38/2023

Reunião ordinária pública de 15 de maio de 2023

Ao décimo quinto dia do mês de maio de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório do Museu D. Diogo de Sousa, sito na Rua dos Bombeiros Voluntários, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). -----

Secretariou: Nuno Miguel Diogo Fonseca, Técnico Superior da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

-----ORDEM DO DIA-----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria referente ao dia 9 de maio de 2023**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----DELIBERAÇÕES-----

1. Aprovação da ata n.º 37/2023, nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: Foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que referiu que o sentido de voto lhe parece correto, mas que a ordem em que são referidos os vereadores não parece ter uma lógica, que existe um erro na menção dos vereadores na votação, e que não houve a intervenção da

Vereadora Olga no assunto dos nadadores salvadores. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que aludiu que seriam feitas as alterações solicitadas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

2. CPE.9.20. DMOSM – “Requalificação e Ampliação da Escola Básica de Este S. Pedro” - 4ª Modificação Objetiva ao Contrato de Empreitada”. Foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a autorização, pela Câmara Municipal, para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 30.278,97 + IVA, a aprovação da supressão de trabalhos no valor de 1.188,46€ + IVA e aprovação da prorrogação do prazo por 15 dias e da minuta do aditamento ao contrato, prevendo-se a conclusão da obra até 15/06/2023, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado autorizar e aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

3. CPE.07.23. DMOSM - Ratificação da aprovação da decisão de contratar e abertura do procedimento - Contratação: empreitada de “Ordenamento e Regularização do Rio Torto e Ribeira de Panóias””. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se para ratificação a decisão do Sr. Presidente, efetuada em 28 de abril de 2023, que aprovou a abertura do procedimento por Concurso Público: CPE.07.23. DMOSM - Empreitada de “Ordenamento e regularização do rio Torto e ribeira de Panóias” - Concurso Público: CPE.07.23. DMOSM, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e com a abstenção da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

4. CPE.14.22. DMOSM - Empreitada de “Requalificação do Túnel Rodoviário da Avenida”.

Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se para ratificação a decisão do Sr. Presidente da Câmara Municipal, efetuada em 15 de fevereiro de 2023, que aprovou a proposta de esclarecimentos e alteração das condições técnicas do sistema de gestão técnica centralizada e condições técnicas das instalações de utilização de energia elétrica, telecomunicações, segurança eletrónica; alteração da unidade do artigo 2.5.11.3.3 e retificação dos artigos 2.5.11.1 e 2.5.11.2 do mapa de quantidades, da empreitada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

5. CPE.17.20. DMOSM – “Conservação, valorização e promoção do Convento de S. Francisco de Real, Braga” - 2ª Modificação objetiva ao contrato da empreitada. Foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a autorização, pela Câmara Municipal, para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 243.350,64€ + IVA, a aprovação da supressão de trabalhos no valor de 5.537,89€ + IVA e aprovação da prorrogação do prazo por 72 dias e da minuta do aditamento ao contrato, da empreitada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado autorizar e aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

6. CPE.23.21. DMOSM: Lote 2 - Eu Já Passo Aqui - Proposta de aprovação de indemnização por prorrogação de prazo. Foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a aprovação, pela Câmara Municipal, da indemnização pela prorrogação de prazo de 104 dias, relativa à manutenção do

estaleiro e de todos os trabalhos considerados acessórios à execução dos trabalhos, no valor de 66.590,16€ + IVA, com vista à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, nos termos do artigo 354.º do CCP, da empreitada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que referiu que como tem sido feito, em relação ao “Eu Já Passo Aqui”, o PS iria votar desfavoravelmente para dar conta que a constante votação de trabalhos adicionais tem esta questão de o município ter de indemnizar o empreiteiro, e que é algo que foi falado na última Reunião de Câmara e que agora se verifica num projeto que foi muito valorizado pela sua curta duração e que custa muito dinheiro ao município. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, os votos contra dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e abstenção da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

7. **Proposta de Topónimos para a Freguesia Sequeira, União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro e União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a seguinte proposta de atribuição de um novo topónimo a uma artéria implantada no Lugar de São Paio em Sequeira e de se proceder ao prolongamento do topónimo Rua Penedo da Cruz em Sequeira, partilhado com Aveleda-UF de Celeirós, Aveleda e Vimieiro e com Ferreiros-UF de Ferreiros e Gondizalves: **a) Rua Quinta de São Paio**, Freguesia de Sequeira: Início – Rua de São Paio, Fim – Rua Penedo da Cruz, **b) Prolongamento do topónimo Rua Penedo da Cruz**, na Freguesia de Sequeira partilhado com Aveleda-UF de Celeirós, Aveleda e Vimieiro e com Ferreiros-UF de Ferreiros e Gondizalves de “Início – Rua Professor António Gomes e Fim – Sem saída”, para “Início – Rua Professor António Gomes e Fim – Rua Dr. Edgardo Malheiro – Ferreiros”. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

8. **Proposta de Alteração de Topónimo em Merelim de São Pedro (União das freguesias de Merelim São Pedro e Frossos).** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a seguinte proposta de alteração de topónimo, na União das Freguesias de Merelim de São Pedro e Frossos: de Rua da Escola com início na Rua Baltazar Soares Peixoto e fim

na Praceta de S. Pedro, para **Rua Comendador José Carlos Macedo** (Atleta Paralímpico) com início na Rua Baltazar Soares Peixoto e fim - Praceta de S. Pedro. Tratando-se de uma designação antroponímica de uma pessoa viva, de acordo com o Regulamento n.º 973/2016 - Código Regulamentar do Município de Braga, Título II, Capítulo I, Secção I, Artigo B- 2/7.º, n.º 2, a atribuição do topónimo tem de ser aprovada por deliberação unânime do Executivo Municipal.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

9. **Regulamento de Apoio à Troca de Lâmpadas.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, com vista à posterior aprovação da Assembleia Municipal, o Regulamento de Apoio à Troca de Lâmpadas, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, conforme documentos constantes do processo.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que referiu uma questão que tem sido levantada por alguns presidentes de junta que referem que só têm sido substituídas as lâmpadas “mais antigas”, mas que as lâmpadas que já foram substituídas e precisam agora de uma nova substituição, por mau funcionamento, a REN não faz essa substituição, referindo ainda que na voz dos técnicos existe falta de pagamento por parte do município, solicitando saber se de facto existe algum constrangimento a esse nível e, caso contrário, que junto da pessoa responsável se criasse a necessidade de intensificar junto da REN a necessidade de estas substituições possam ser feitas. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que referiu não existir nenhuma falta de pagamento. De seguida, referiu que neste momento, o problema é transversal, a nível nacional, de uma incapacidade de resposta, não da REN, mas da EDP, em relação aos serviços de manutenção e conservação. Ato contínuo, afirmou que está em vias de agendamento uma reunião com a EDP e todos os presidentes de junta, para que possam expressar essa preocupação, mas que desde que foi adotado o modelo de subcontratação a EDP deixou de conseguir responder, por falta de mão de obra, de pessoas e meios materiais, incumprimentos que têm sido reportados sistematicamente. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal.** -----

10. **Proposta relativa a criação do Programa “Braga + Saúde” - Aprovação de dois protocolos a celebrar entre o Município de Braga, a Associação Dignitude - Instituição Particular de Solidariedade Social e a Associação Nacional de Farmácias.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta relativa à criação do Programa Braga+Saúde, de acordo com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º, alínea u), de

acordo com o seguinte: Criação do Programa “Braga + Saúde”, que pretende continuar a comparticipação de medicamentos, visando facilitar assim o seu acesso a munícipes em situação de carência económica, através da aprovação de dois protocolos: **a)** Estabelecer um novo protocolo de cooperação entre o Município de Braga, a Associação Dignidade – Instituição Particular de Solidariedade Social e a Associação Nacional de Farmácias, possibilitando um pagamento único efetuado pelo Município de Braga junto da Associação Nacional de Farmácias que, por sua vez, efetua o pagamento junto das diversas farmácias aderentes (Anexo I); **b)** Estabelecer um novo protocolo entre o Município de Braga e a Associação Dignidade – Instituição Particular de Solidariedade Social, que fomenta a cooperação institucional para o desenvolvimento do programa “Braga + Saúde” (Anexo II). O Município de Braga continuará a afetar uma verba de 25.000,00€ / ano (vinte e cinco mil euros), do seu orçamento municipal para o Programa “Braga + Saúde”. **Deliberado aprovar por unanimidade. -----**

11. Minuta de protocolo de cedência de escultura e aceitação da doação a celebrar entre o Corpo Nacional de Escutas (CNE) – Escutismo Católico Português e o Município de Braga. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a minuta do protocolo de cedência de escultura e a aceitação da doação, a celebrar entre o Corpo Nacional de Escutas (CNE) – Escutismo Católico Português e Município de Braga, nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com base nos considerandos e fundamentos constantes da minuta de protocolo que se anexa.” Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, que referiu que a proposta faz menção a uma imagem que não constava.” Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Olga Pereira**, que informou que iria enviar, apresentando as suas desculpas. **Deliberado aprovar por unanimidade. -----**

12. Ratificação de Protocolo “Condições de Contratação e Funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente” e proposta de reforço de dotação para a constituição de 3ª Equipa de Intervenção Permanente nos Bombeiros Voluntários de Braga para os anos de 2023 e 2024. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Propõe-se que o Sr. Presidente, em harmonia com as atribuições e competências previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, profira despacho no sentido de: **a)** Ratificar a celebração do protocolo para a constituição da 3ª equipa de intervenção permanente; **b)** Aprovar alocar ao mencionado programa o reforço de dotação de €40 000 (quarenta mil euros), para o ano de 2023, €50 000 (cinquenta mil euros) para 2024; **c)** Submeter, para aprovação, a presente proposta à próxima reunião do Executivo Municipal, nos termos do referido artigo 35º, nº 3,

da Lei nº 75/2013.” **Deliberado ratificar por unanimidade.** -----

13. Protocolo de Colaboração "Fazer Bem" com a Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários de Braga. Foram apresentadas as seguintes propostas: Submete-se à consideração do Executivo Municipal a minuta de protocolo de Colaboração “Fazer Bem”, para que este órgão delibere: **1.** Aprovar, nos termos do previsto na alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º e das alíneas 0) e bbb) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, o protocolo de colaboração com Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários de Braga. **2.** Aprovar alocar ao mencionado protocolo o valor de €40.000 (quarenta mil euros).” Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, que referiu ter ficado um pouco confusa, primeiro por ter achado que teria a ver com o ponto anterior, tendo percebido que não. De seguida, referiu que há dois grandes motivos que explicam o protocolo, um deles é o aumento da população que justifica o aumento dos bombeiros voluntários, perfeitamente compreensível, e depois alude a um projeto de uma certa multidisciplinariedade de apoio a várias iniciativas do município, polícia municipal, sapadores, considerando que o projeto não acompanha, tendo em conta até o valor do apoio que se está a votar, referindo que os Bombeiros Voluntários não são uma responsabilidade direta do município, mas dos Sapadores, e que lhe parece importante conhecer o projeto em si. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que afirmou que o que esteve na origem da atribuição do apoio foi uma lógica de colaboração transversal entre o município e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, para vários eventos do município e atividades dos bombeiros, que tem sido atribuído e aumentado todos os anos, mas que não existe um projeto associado *per se*, e o que poderá a não estar a ser prestado é o conjunto de iniciativas concretas dessa colaboração, referindo que não sabe se houve alterações em relação ao outro. Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, que afirmou desconhecer. Tomou a palavra o da **Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, que afirmou que não faz sentido desconhecer, porque já foi a Reunião de Câmara no ano passado, há dois anos, há três anos, praticamente com o mesmo argumentário, mas que o valor tem vindo a subir, tendo havido uma promessa de um aumento de 5.000 euros a cada ano, para a colaboração e prestação que os bombeiros voluntários dão à cidade, em função da sua missão também de socorro e salvamento. Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, que informou que poderia ser um lapso, e solicitou em que datas, desde que assumiu as funções, o protocolo foi às reuniões. De seguida, sugeriu que se retirasse esta menção a um projeto e explicitasse apenas as ações genéricas, pois a redação do protocolo induz em erro. Tomou a palavra

o da **Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, que informou que o Dr. Sandro poderia enviar os protocolos anteriores e o conteúdo das deliberações. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

14. Contratos-programa de desenvolvimento desportivo 2022/2023. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, a aprovação dos seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Município de Braga 2022/2023, nos termos enunciados do n.º 1 e alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro: **a) Hóquei Clube de Braga – Hóquei em Patins Sad**, no valor de 5.512,00€ (40% da viagem da Final Four da WS Europe Cup) – E/27375/2023; **b) Associação de Atletismo de Braga**, no valor de 10.000,00€ (inscrições, Meeting de Braga e Milha Urbana).” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

15. Contratos de Dinamização Cultural. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal os seguintes contratos de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga: **a) Grupo Cénico Cultural e Beneficente de Arentim**, no valor de 2.200,00€, apoio esse que será pago em duas prestações de igual montante, a primeira, a 31 de maio, a segunda, a 30 de junho; **b) Orfeão de Braga**, no valor de 2.000,00€, apoio esse que será pago em duas prestações de igual montante, a primeira, em 30 de junho, a segunda, a 30 setembro; **c) Grupo Cultural de S. Mamede de Este**, no valor de 5.000,00€, apoio esse que será pago em duas prestações de igual montante, a primeira, em 30 de junho, a segunda, a 30 novembro; **d) Ida e Volta – Associação Cultural e Artística**, no valor de 4.500,00€, apoio esse que será pago em duas prestações de igual montante, a primeira, em 31 de maio, a segunda, a 30 novembro.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

16. Contratos Interadministrativos de delegação de competências – Freguesias. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias/uniões de freguesia: **a) Freguesia de Pedralva**, para execução

da obra denominada “Honorários/Projeto) Requalificação Rua do Espírito Santo – Pedralva”, no valor de 6 451,35€. **b) Freguesia de Tebosa**, para execução da obra denominada “Projeto – Requalificação e Alargamento Pontual da Rua de Feixe – (Honorários)”, no valor de 8 917,50€.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal.** -----

17. Atribuição de apoios financeiros – Freguesias. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: **a) União de Freguesias de Vilaça e Fradelos**, no valor de 2 918,00€, para apoiar a obra de “Construção de cobertura na entrada da EB1 de Fradelos”; **b) União de Freguesias de Crespos e Pousada**, no valor de 3 975,00€, para apoio ao “Roteiro Arte Urbana – Pintura de Mural e Abrigos de passageiros”; **c) União de Freguesias de Arentim e Cunha**, no valor de 2 216,99€, para apoiar a obra de “Requalificação da Travessa do Monte - Cunha”; **d) União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro** no valor de 600,00€, para apoiar a “Procissão dos Passos - Celeirós”; **e) União de Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião)**, no valor de 2 067,00€, para apoiar a obra de “Correção de passeios (na zona envolvente as caldeiras das árvores) na Avenida de Cabreiros”; **f) União de Freguesias de Este (S. Pedro e S. Mamede)** no valor de 2 717,84€, para apoiar a obra de “Trabalhos de regularização na Rua do Pregal e na Rua de S. Simão – Este (S. Mamede)”; **g) União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, no valor de 984,00€, para apoiar o “Aditamento ao Projeto do Espaço Cidadão de Celeirós”; **h) União de Freguesias de Guisande e Oliveira (S. Pedro)**, no valor de 5 172,80€, para apoiar a “Apoio para trabalhos de limpeza de ruas das freguesias – últimas intempéries”. Ambiente: **i) Freguesia de Palmeira**, no valor de 12 844,79€ para manutenção, limpeza, higiene e segurança do recinto a realizar na Praia Fluvial da Ponte do Bico, Palmeira, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e, alínea u), do n.º 1, do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.” Tomou a palavra o vereador do **PS, Artur Feio**, que, sobre a alínea i), aludiu que parecia ter havido uma duplicação de apoios, e que já existe um contrato entre a Junta de Freguesia de Palmeira e a entidade que explora o bar, onde é claro, em termos de contrapartidas, a manutenção das zonas de lazer, espaços verdes, corte de relva, limpeza sanitária, churrasqueira, recolha de lixo, etc., afirmando que o serviço que se está a votar já está previsto no âmbito do outro apoio, solicitando a retirada do ponto e que se solicitem esclarecimentos à junta. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que afirmou que a Câmara Municipal não tem de ter

conhecimento dos acordos entre a Junta de Freguesia de Palmeira e entidades terceiras, sendo que este apoio foi pedido pela junta e que acharam que era legítimo. Tomou a palavra o vereador da **Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, que afirmou que à praia Fluvial de Adaúfe foi atribuído um apoio nos mesmos termos, referindo que o exemplo é importante para explicar que este apoio não se trata de uma situação de discriminação positiva a outras freguesias. Tomou a palavra o vereador do **PS, Adolfo Macedo**, que informou que o PS levantou a questão não por ser uma questão de discriminação, mas porque foi detetada uma duplicação de financiamento para determinados trabalhos, e que aquilo que se pede é a verificação disso mesmo. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal. Ponto i) retirado da agenda.** -----

18. Proposta de apoio não financeiro – Anima Una – Associação de Apoio Social. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, a proposta relativa à atribuição de apoio não financeiro, nos termos das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, à entidade Anima Una – Associação de Apoio Social, para a cedência de três máquinas de fitness e três bancos de jardim (E/36807/2022).” Tomou a palavra a vereadora do **PS, Sílvia Sousa**, que aludiu que o PS já havia sugerido que havendo equipamento do Município disponível para ser cedido a instituições, que houvesse a informação desses equipamentos. Referiu ainda que a Câmara Municipal tem uma posição reativa, e que votariam a favor, porque o equipamento está parado, mas que deveria haver um procedimento, através de um mecanismo, por exemplo, que torne mais transparente o processo e permita que todas as associações do município que possam fazer uso dos equipamentos possam ter conhecimento da sua existência, ressaltando que com isso não quer dizer que considera o processo obscuro. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que afirmou que a transparência existe, e que não há uma lógica de inatividade e desaproveitamento, pois os equipamentos são sistematicamente sinalizados. De seguida, aludiu que quando surge um pedido, há a tentativa de enquadrar as necessidades da associação, e que a lógica sugerida seria estimular necessidades inexistentes. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

19. Proposta de apoio financeiro – Associação Pint of Science. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta relativa à atribuição do apoio financeiro, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, à Associação Pint of Science, no valor de 500,00€. (E/26077/2023).” **Deliberado**

aprovar por unanimidade. -----

20. Outras isenções/reduções/taxas. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: a) Dos n.ºs 1 e 2 do artigo H-1/16.º e artigo H-1/17.º, mapa em anexo; b) Do n.º 4 do artigo H-1/16.º - Conhecimento, mapa em anexo.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.**-----

21. Operação urbanística destinada a equipamento de iniciativa privada- Investimentos Imobiliários Martimparque, S.A. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal nos termos do n.º 5, do artigo 75.º do Regulamento do PDM, o interesse em admitir a alteração de uso do equipamento coletivo de iniciativa privada em nome de Investimentos Imobiliários Martimparque, S.A., tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que informou que a pedido dos serviços, o ponto seria retirado da agenda. Tomou a palavra o vereador do **PS, Artur Feio**, que questionou se o edifício em causa é o que se encontra devoluto há mais de 20 anos junto ao cemitério. De seguida, referiu que a forma como se instruiu o processo faz parecer que houve um parecer desfavorável de uma jurista conceituada da área, o que gerou dúvidas e que se falou com o presidente de junta que não sabia de nada e que achava isso estranho. Prosseguiu para afirmar que na opinião do PS se deve dar um uso e um fim o mais rápido possível, dentro da legalidade, considerando sempre o importante espólio arqueológico, se o objetivo for aumentar a capacidade construtiva, sendo que não lhe parece que seja isso, mas que o parecer dá neblina ao processo, e que esse refere que há que ser dada uma justificação do uso especializado para habitação, algo que não é incluído na documentação e que a decisão de retirar o assunto é sensata, para que todos possam ficar mais esclarecidos para uma decisão informada. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que afirmou que não se trata de um aumento de capacidade construtiva, mas sim de tipologias de uso. De seguida, referiu que não sabe o motivo para a retirada do ponto, mas que se devia tratar de uma necessidade clarificação, que vai ser prestada aos vereadores. Relativamente à junta de freguesia referiu não vislumbrar qualquer interesse para a mesma, por não se estar a falar de uma intervenção em espaço público, sendo este um equipamento de natureza privada. Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, que referiu que o parecer é muito claro no ponto de vista de se poder ou não admitir a habitação especializa nos termos em que a proposta é feita, se é possível considerar ou não que é um equipamento, sendo que o

parecer conclui que, embora em algum caso se possa assemelhar, não é. De seguida, questionou se a nova documentação que será submetida explícita que tipos de serviços serão oferecidos no edifício, pois a proposta faz referência que o mesmo será ajustado e a proposta não faz essa explicitação. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, que afirmou que o parecer foi emitido em momento inicial, e o mesmo diz que este equipamento para ser utilizado para determinados usos pela requerente, não basta que essa diga que dar determinado fim, tem de demonstrar que o vai fazer. Prosseguiu dizendo que, posteriormente ao envio do parecer, há uma declaração do Sporting Clube de Braga a dizer que a utilização vai ser feita nos termos requeridos pela requerente, e que aí ficou demonstrado que a utilização será feita naqueles termos. Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, que questionou se os documentos comprovam se a utilização de habitação vem por acréscimo ao serviço e não o contrário. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, que afirmou que todo o tipo de habitação tem um serviço acoplado, não sendo habitação pura e dura. **Retirado da agenda.** -----

22. Aprovação da ata em minuta. Deliberado aprovar por unanimidade a presente ata em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para surtir efeitos imediatos. -----

Foi proposto, pelo Presidente da Câmara, o seguinte voto de louvor: -----

---- **Voto de louvor à atleta Mafalda Moreira**, que se sagrou campeã nacional de karaté, de Kumite Juvenil (-40Kg), em provas realizadas em Paços Ferreira, nos dias 06 e 07 de maio, e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades de atleta de elite, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga, pelo seu trabalho na formação de atletas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

---- **Voto de louvor à atleta Leonor Gonçalves**, que se sagrou campeã nacional de karaté, de Kumite Juvenil (-50Kg), em provas realizadas em Paços Ferreira, nos dias 06 e 07 de maio, e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades de atleta de elite, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga, pelo seu trabalho na formação de atletas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

---- **Voto de louvor ao atleta Hélder Silva**, do Clube Fluvial de Merelim, que conquistou a medalha de

prata na Taça do Mundo de Velocidade em Canoagem, na disciplina de C1 200m, que decorreu de 11 a 14 de maio, em Szeged, na Hungria, e por uma carreira que vem valorizar e reforçar as suas qualidades, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo e contentamento para todos os bracarenses e minhotos. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

-----**OUTROS ASSUNTOS**-----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura a outros assuntos. -----

----- Iniciou o vereador do **PS, Ricardo Sousa**, que, como **primeira questão**, referiu relatos de professores que dizem continuar a haver reticências quanto aos banhos após as aulas de educação física, solicitando a confirmação desta informação. De seguida, referiu que a ser verdade poderá ser uma questão financeira, que implique a falta de água quente, ou educativa, derivada do período de pandemia em que havia uma política de “não banho”. Prosseguiu dizendo que o banho é essencial e que o desporto tem uma grande vertente educativa que abrange a higiene pessoal, e se for por uma questão educativa, solicita que se pense numa sessão de sensibilização aos professores, escolas e jovens. Como **segunda questão**, solicitou saber se existem mais novidades em relação Às lojas que estão a ser utilizadas para arrendamento ilegal, referindo uma peça jornalística com a qual foi confrontado, na qual existem “nomes próprios”, como a loja 168 de Santa Tecla, que era um antigo restaurante, e que hoje está transformado em 10 habitações, mais propriamente 10 quartos, cada um arrendado a famílias, a 650,00€, com um quarto de banho e uma kitchenette, referindo que esta situação envergonha e é preocupante, referindo que sabe do problema de habitação e escassez de recursos, mas que este é um sinal que há pessoas a abusar e a explorar estas dificuldades. De seguida, solicitou que o Município resolva esta questão, referindo que sabe que se tem feito trabalho neste ponto, mas que há que fazer algo contra estes exploradores, dizendo que “só não vê quem não quer”. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda**, que, em resposta à **primeira questão**, referiu que está alheia ao facto, porque nada lhe foi reportado, não existindo nenhuma diretriz nesse sentido, e que se tem intervindo nas situações que são reportadas relativamente aos banhos, e que se fosse algo recorrente já saberia, mas que iria averiguar. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que, em **resposta à segunda pergunta**, referiu que não se deve desvalorizar, mas que esta reportagem poderia ter sido feita em qualquer parte do país, sendo que a mesma não trouxe nenhuma novidade em relação ao que foi debatido em reunião anterior, até porque a reportagem aconteceu depois da denúncia da Câmara Municipal, tendo confrontado os serviços da Bragahabit e de fiscalização, e que desde finais de Março não houve mais casos reportados desta

natureza, não querendo dizer que não existam. Prosseguiu afirmando que nos casos reportados, a primeira preocupação foi atuar sobre as pessoas, porque algumas estão em desconhecimento ou em situações de aproveitamento e de fragilidade. De seguida, referiu que nos dias de hoje, em Braga, é possível arrendar casas daquele preço fora do centro da cidade, havendo um abuso da desinformação, e que a Bragahabit tem tomado medidas e que se tem chamado a Segurança Social a atuar, que é a responsável, numa primeira instância, nessas situações de emergência de habitação, mas que nem sempre tem dado uma resposta de forma cabal. Quanto à questão do abuso e das ilicitudes, esta é uma infração de natureza urbanística, e a margem de intervenção da Câmara Municipal cinge-se a essa matéria de acionar mecanismos de contraordenação, ou, numa lógica de reincidência, decretar o embargo de utilizando, algo que acha que ainda não aconteceu, mas que foram vários processos de contraordenação. De seguida, afirmou que a questão fiscal é relevante porque é um mecanismo de controlo indireto, e que no ano passado foram reportados os contratos à Autoridade Tributária e ao se fazer isso está-se a acionar o último mecanismo de fiscalização, mas que também já defendeu publicamente a criminalização e tipificação legal da prática, mas que importava realçar que o município não está à espera para dar resposta nesta matéria e que tem realizado vários esforços, quer em termos de arrendamento acessível, mecanismos de apoios à oferta de habitação e mecanismos de apoio de subsidiação direta aos beneficiários. -----

----- De seguida, interveio a vereadora da **CDU, Bárbara Barros**, que, **como primeira questão**, referiu alguns relatos de problemas com pequenas intervenções nas escolas que surgiram com a transferência de competências, especialmente para o corpo docente e manutenção das escolas, referindo que do ponto de vista de compras públicas há sempre muita burocracia e demora, solicitando saber qual o modelo adotado pelo município aquando dessa transferência e se existe alguma forma de acelerar ou, pelo menos, voltar a ter a rapidez de resposta que havia até aqui. Como **segunda questão**, referiu que recebeu queixas porque foi feito o corte de mato nos jardins das escolas em período de aulas, avaliações e exames e que sendo esta uma atividade que faz muito ruído, questionou se é obrigatório que a mesma se faça nesses horários, ou se existe a possibilidade que se faça em outros horários ou dias em que a escola não tenha alunos. Questionou ainda se é algo que acontece pela indisponibilidade dos serviços e dos seus trabalhadores, se foi a escola que solicitou ou se existe algum tipo de orientação para que a atividade decorra em dia útil, durante o horário de aulas, e que o problema seja reportado e encaminhado para o agrupamento. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda**, que, em resposta à primeira questão, referiu que como todos sabem foi um ano difícil em termos de gestão de tudo o que é a competência de uns e de

outros e que naturalmente as escolas perderam alguma autonomia no que concerne às decisões imediatas, mas que o município tem sido muito diligente quando são reportadas situações maiores independentemente de quem é a responsabilidade, como aconteceu, por exemplo com as provas de aferição em que foi necessário dotá-las de tomadas para a sua realização. Admitiu ainda que possa haver alguma situação que não tenha sido resolvida, mas que acredita que se tal aconteceu foi por falta de urgência. Referiu, de seguida, que nos encontramos na fase da nova reorganização daquilo que são as verbas e é preciso ir adaptando e que sempre foi princípio estarem em contacto com os diretores dos agrupamentos para que passem as suas preocupações, de modo a que se possa estar permanentemente em cima das problemáticas maiores, sendo um processo que vai levar algum tempo, mas que deverá estar melhor no próximo ano. De seguida, em **resposta à segunda questão**, referiu que se tenta que essas atividades não perturbem as atividades letivas, havendo uma calendarização, mas que desconhece que essa situação se tenha passado, e que se tenta ao máximo que todas as atividades sejam desenvolvidas de forma a não perturbar e se aconteceu foi com a anuência do próprio coordenador ou do próprio diretor. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, que referiu que os serviços da Câmara Municipal de Braga fazem a manutenção de meia dúzia de escolas e as restantes, por delegação de competências, estão na competência das freguesias, sendo importante saber qual é a escola para que juntamente com os serviços ou junto da Junta de Freguesia se articule melhor com as empresas ou com os funcionários. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que acrescentou que o horário dos funcionários da câmara é o mesmo que o do horário escolar. Interveio novamente a vereadora da **CDU, Bárbara Barros**, que afirmou que se poderia ter utilizado a pausa letiva da Páscoa, por exemplo, e que uma coisa é uma manutenção urgente outra é um corte de relva, devendo-se, dentro da calendarização mencionada, escolher os momentos mais indicados.-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- O cidadão **Carlos Dobreira** referiu, como **primeira questão**, que o Parque Radical de Maximinos se encontra em estado de degradação, sendo utilizado para convívios noturnos, com estilhaços de vidro, sendo perigoso para as crianças, e que tem um parque infantil próximo que foi requalificado, questionando se o parque vai ser requalificado ou desmantelado e se dará lugar a um local apazível. Como **segunda questão**, referiu que no passado dia 7 de maio, na praia fluvial do Cavadinho, um conjunto de jovens esteve ali, tendo havido uma alteração no caudal nível da água, e os que estavam

mais próximos da margem conseguiram sair, mas um dos jovens esteve cerca de 2 horas dentro de água, já em estado de hipotermia, sendo que houve problemas com o socorro dos bombeiros com a corrente, questionando se vão ser tomadas medidas, pelo menos de informação, e se vai haver sensibilização das pessoas. Como **terceira questão**, referiu ruídos nas imediações do Parque Industrial de Pitancinhos, especificamente nas urbanizações da Quinta de São José e Rua do Penedo e Santiago, afirmando que existem licenças especiais de ruído que são balizadas em dias e em horas, mas as pessoas que ali vivem sentem-se incomodadas nos últimos meses, com ruídos até às 2h00 da manhã ou às 6h30 ou 7h da manhã, questionando o vereador responsável pela emissão dessas licenças se alguma vez foi ao local observar o que se passa. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Sameiro Araújo**, que referiu que sendo uma pessoa atenta, o cidadão deve-se ter apercebido das várias requalificações que têm sido feitas nos últimos tempos, e que o parque radical faz parte de uma lista de prioridades, e neste momento e talvez na próxima semana, ainda neste mês, se avançará com a requalificação de um terreno de Frossos e outro no Areal, posteriormente Pinheiro e Real, e depois o parque radical e a seguir outros ringues e polos desportivos, não sendo possível fazer tudo de uma vez, mas havendo uma calendarização a ser tratada. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que, em **resposta à segunda pergunta**, referiu que a Praia do Cavadinho, mesmo em época normal, não é considerada uma praia de banhos, não sendo sujeita a vigilância, não sendo titulada nessa matéria. Prosseguiu para firmar que mesmo as praias que estão sujeitas a banhos, têm uma época balnear, e nessa época somos avisados de descargas, porque temos de salvaguardar os utentes, e fora dessa época não somos avisados nem se tem de controlar essa matéria, e qualquer pessoa que vá ao rio ou ao mar está por sua conta e risco. De seguida, em **resposta à terceira pergunta** referiu que têm existido uma série de interações e fiscalizações da parte da Câmara Municipal, e o proprietário instalou recentemente um novo equipamento que visa mitigar o impacto da envolvente, que está em avaliação, e dependendo dos resultados produzidos, poderá existir ou não mais alguma iniciativa da Câmara Municipal. -----

----- O **Coordenador Municipal de Proteção Civil, Vítor Azevedo**, a pedido do Presidente da Câmara, marcou presença para prestar esclarecimentos, sobre as questões de funcionamento e segurança do Mercado Municipal de Braga. Após um breve resumo das questões levantadas na última reunião por parte do **Vereador do PS, Artur Feio**, e para as quais solicitou um esclarecimento, o **Coordenador Municipal de Proteção Civil, Vítor Azevedo**, realizou uma apresentação, acompanhada de um documento em formato Power Point, que se reproduz em anexo com esta ata. Terminada a apresentação, tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que questionou se, do

ponto de vista técnico, o que disse foi um chorrilho de disparates e quantos simulacros foram feitos até à data. O **Coordenador Municipal de Proteção Civil, Vítor Azevedo**, respondeu não saber quem utilizou essa expressão ou com quem o Presidente falou e que até ao momento foi realizado 1 simulacro. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que referiu que aquilo que a Lei diz, e aquilo que foi apresentado, mostra que têm razão na questão do pilar e das plantas tinham razão, e que em relação às bocas de incêndio diz a Lei que não devem estar a mais de 30 metros e que apesar da opinião expressa na apresentação de que cumpre, aquilo que lá está na realidade não o faz, porque são 12 unidades de passagem e não estão todas cobertas pelo que a Lei diz, sendo que o PS lá esteve para verificar. De seguida, referiu que, independentemente disso, o processo caiu na boa vontade do Presidente da Câmara que decidiu prescindir de uma vistoria formal da NPC por via do termo de responsabilidade técnica de quem fez o projeto e de quem o executou, sendo que essas vistorias, que no caso não foi feito, são importantes para perceber se o projeto de facto cumpre, e, na sua opinião, era de bom senso. De seguida afirmou que houve uma delegação de um termo de responsabilidade técnica no presidente que foi quem, nos termos da apresentação disse que não era preciso vistoria nos termos do artigo 64.º, afirmando que não se recorda de alguma vez ter visto um presidente de câmara a assumir esse tipo de responsabilidade. Ato contínuo afirmou que o erro humano justifica muitos erros em construção, algo que uma vistoria poderia ajudar a colmatar, diluir e mitigar erros do projeto e da execução. De seguida, afirmou que como já havia sido dito pelo PS, não sente qualquer risco ou problema em frequentar o mercado do ponto de vista da segurança, e que foi no papel fiscalizador que identificaram alguns problemas, uns que serão resolvidos, outros que não, sugerindo, a título de exemplo, a supressão da saída de emergência obstruída e o aumento de bocas de incêndio. Terminou afirmando que do ponto de vista prático, afinal de contas, não foi um chorrilho de disparates. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que, como primeira questão, questionou o **Coordenador Municipal de Proteção Civil** em que reabilitações ou outras atividades não foi seguido este princípio do termo de responsabilidade e, como segunda questão, se da sua experiência com outros concelhos existe o hábito de fazer vistorias quando há termos de responsabilidade. Tomou a palavra o **Coordenador Municipal de Proteção Civil, Vítor Azevedo**, que afirmou que, em resposta à primeira questão que de acordo com o que se recorda não houve nenhum, e em resposta à segunda questão referiu também que não, já que havendo informação técnica, e não havendo índices sérios de incumprimento, não há lugar a vistoria, e que se confia nos serviços técnicos e em quem assina o termo de responsabilidade e que no caso em apreço, independentemente disso, a fiscalização foi realizada e não havia indícios de incumprimento do projeto, que existem 3 hidrantes nas imediações, sublinhando que o projeto foi

aprovado naquelas condições. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que referiu um pilar que se encontra numa saída de emergência que não está bem representado na planta, bem como umas escadas que na realidade não existem, sendo que uma vistoria poderia ter ajudado a detetar essas questões. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que agradeceu a garantia taxativa que o mercado funciona em condições plenas de segurança, que tem um plano de segurança aprovado, por determinação da Autoridade Nacional de Proteção Civil, e a avaliação realizada a 3 aspetos que haviam sido levantados, a ampliação das plantas, a não existência da necessidade de mais hidrantes e da barreira que supostamente existe e que o Coordenador Municipal de Proteção Civil atestou que não obstaculiza a saída das pessoas. De seguida, aludiu que tudo isto começou porque o Sr. Vereador produziu declarações aos meios de comunicação que são um chorrilho de disparates à luz do que foi dito, e que as declarações foram absolutamente irresponsáveis, solicitando seriedade. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que afirmou que o PS colocou a questão para solucionar o problema e que falaram de questões que foram confirmadas e verificadas, sendo que das 3 questões levantadas foi dada razão a duas e que o Sr. Presidente deveria estar preocupado por a planta não estar de acordo com o que está feito, algo que as vistorias poderiam mitigar, considerando que não estão cumpridos os regulamentos e a lei. -----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: Às 11h e 30m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Nuno Miguel Diogo Fonseca, Técnico Superior da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----

Mercado Municipal de Braga

Projeto de Segurança Contra Incêndio em Edifícios
Medidas de Autoproteção



REMODELAÇÃO

- O Mercado Municipal de Braga entrou em funcionamento em dezembro de 2020 após reabilitação do edifício existente.
- Foram elaborados os projetos de arquitetura e de especialidades correspondentes, entre os quais o Projeto de Segurança Contra Incêndio em Edifícios.
- PSCIE elaborado, submetido e apreciado ao abrigo do Art.º 14.º-A:

RJ-SCIE

“Artigo 14.º-A

Edifícios e recintos existentes

1 - Estão sujeitos ao disposto no presente decreto-lei, nos termos do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, as operações urbanísticas referentes a edifícios, ou suas frações autónomas, e recintos, construídos ao abrigo do direito anterior, nos termos previstos nos números seguintes.

2 - Pode ser dispensada a aplicação de algumas disposições do regulamento técnico referido no artigo 15.º quando a sua aplicação seja manifestamente desproporcionada, ao abrigo dos princípios previstos no decreto-lei que estabelece o regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas, mediante decisão da ANEPC, ou pelos órgãos executivos dos municípios, quando da 1.ª categoria de risco. (...)”



PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS

- Submetido à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, e obtido parecer favorável em 21/06/2017
- Utilização-tipo VIII – “Comerciais e gares de transportes” da 2.ª categoria de risco.

O projeto de segurança contra incêndios é o projeto de especialidade que define as características do edifício no que respeita à **segurança contra incêndios**. Tem como objetivos dotar o edifício de **meios de deteção e combate a incêndio**, **reduzir o risco de propagação de incêndio** e **prevenir o desabamento do edifício em fase de evacuação**.



V. REF.
V. DATA
N. REF. OF/17330/CDOS03/2017
N. DATA 2017-06-21

CC_ Cmdt CBS Braga

Ex.mo Senhor
Câmara Municipal de Braga
Praça do Município
4704-514 Braga

ASSUNTO Segurança dos edifícios - Projecto de SCIE

Tipo de Processo: Reabilitação do Mercado de Braga

Requerente: Câmara Municipal de Braga

Obra: Praça do Comércio, São Vicente - Braga

Utilização-tipo: VIII «comerciais»

Categoria de risco: 2.ª categoria

Proc. ANPC n.º: 03038738 - PSCI/2326/CDOS03/2017

1. Depois de analisado o projeto de segurança contra incêndio supramencionado, considera-se que o mesmo cumpre o disposto no Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, republicado pelo Dec. Lei n.º 224/2015, de 9 de Outubro e na Portaria n.º 1532/2008, de 29 de Dezembro, pelo que o parecer da Autoridade Nacional de Proteção Civil é **FAVORÁVEL**.
2. Pode ser tolerado o não cumprimento da questão referida e justificada na memória descritiva e no termo de responsabilidade, ao abrigo do disposto no art.º 60.º do Dec. Lei n.º 136/2014 e do art.º 14.º-A do Decreto-Lei n.º 220/2008, republicado pelo Dec. Lei n.º 224/2015, atendendo às razões apresentadas e às medidas compensatórias e que se trata de um edifício existente.

Com os melhores cumprimentos,

O Comandante Operacional Distrital

Hermenegildo Silvério Abreu

Hermenegildo Abreu

Comandante Operacional Distrital

ANEXO: 1 ex. proc.

HA/JC

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL

COMANDO DISTRIAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO DE BRAGA

Rua D. Afonso Henriques, n.º 105 - 1.º Esq.

4700-030 Braga - Portugal

T: 351 253 201 350 | www.apnciv.pt

1/1



PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO EM EDIFÍCIOS

Via de acesso ao edifício:

- 3.50m de largura útil;
- 4 m de altura útil;
- 11 m de raio de curvatura;
- 15 % de inclinação máxima;
- capacidade de carga para suportar um veículo com pesos total 130 KN, correspondendo à carga do eixo dianteiro e 90 KN à do eixo traseiro.



PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS

Disponibilidade de água para abastecimento a veículos de socorro

- Fornecimento de água para abastecimento dos veículos de socorro assegurado por hidrantes exteriores.

RT-SCIE

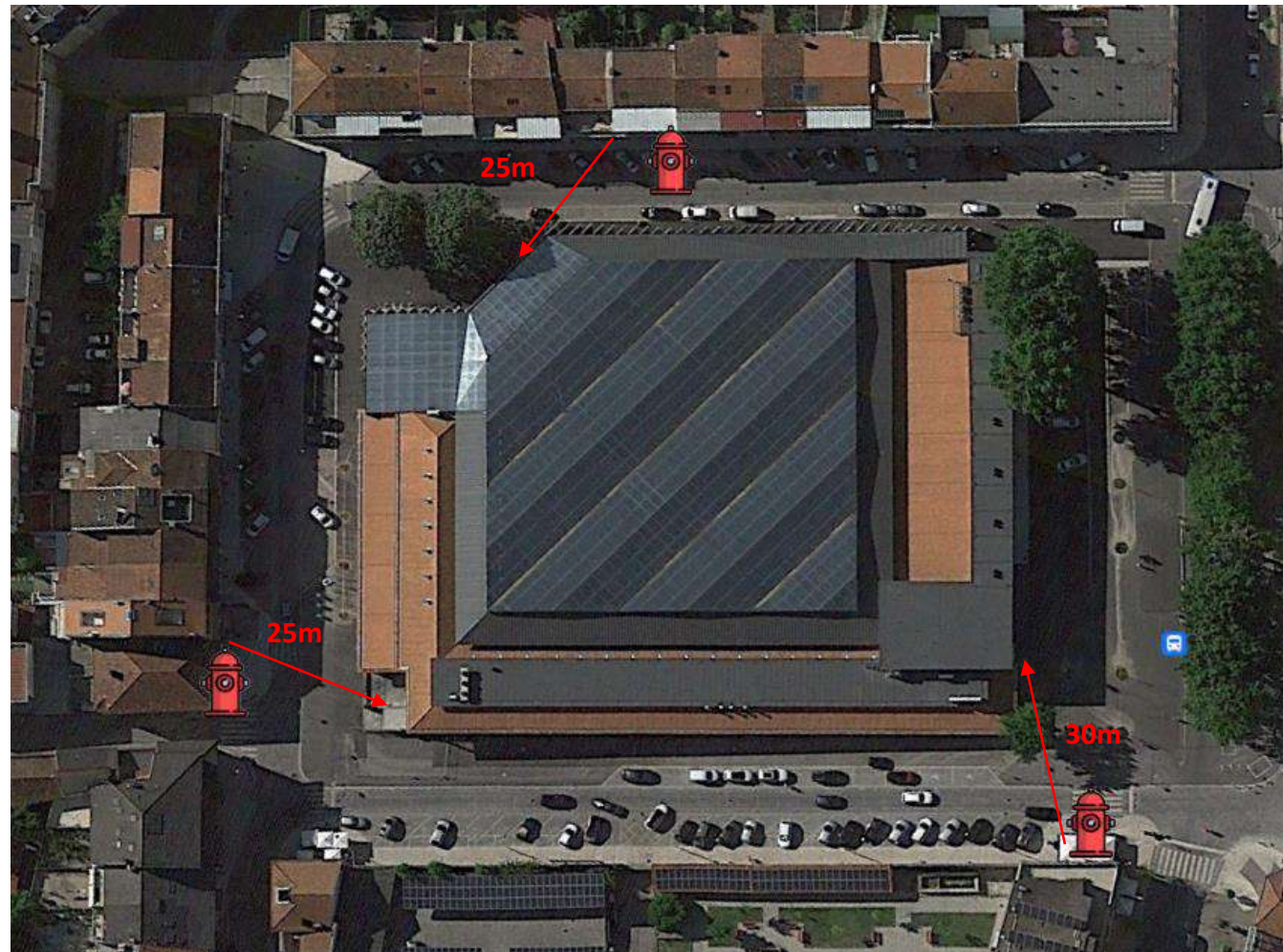
“Artigo 12.º

Disponibilidade de água

(...)

3 — Sem prejuízo do estabelecido na legislação aplicável, os marcos de incêndio devem ser instalados junto ao lancil dos passeios que marginam as vias de acesso de forma que, no mínimo, fiquem localizados a uma distância não superior a 30 m de qualquer das saídas do edifício que façam parte dos caminhos de evacuação e das bocas de alimentação das redes secas ou húmidas, quando existam.”

- Nas vias de acesso ao Mercado Municipal existem **3 marcos de incêndio** localizados junto ao lancil dos passeios que marginam as vias de acesso.



PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

RT-SCIE

“Artigo 56.º

Largura das saídas e dos caminhos de evacuação

3 — Os caminhos de evacuação e as saídas de locais em edifícios devem, sem prejuízo de disposições mais gravosas referidas neste título ou no título VIII, satisfazer os critérios do quadro XXXI (...):

QUADRO XXXI	
Número mínimo de unidades de passagem em espaços cobertos	
Efetivo	Número mínimo de UP
1 a 50	Uma
51 a 500	Uma por 100 pessoas ou fracção, mais uma
Mais de 500	Uma por 100 pessoas ou fracção

Saídas de emergência

- Piso -1: 3 saídas diretas para o exterior e 2 saídas através do piso 0;
- Piso 0: 9 saídas diretas para o exterior;
- Piso 1: 3 saídas por escadas de acesso ao piso 0.

Efetivo calculado: 971

Unidades de passagem necessárias pela aplicação do Quadro XXXI: 10

Unidades de passagem existentes: 58



PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

Equipamentos e sistemas de segurança contra incêndio

- Iluminação de emergência;
- Sinalização de emergência;
- Sistema automático de deteção de incêndios;
- Meios de primeira intervenção: extintores portáteis e rede de incêndio de 1ª Intervenção;
- Central de bombagem;
- Reservatório de água para serviço de incêndio.



VISTORIA/AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO

RT-SCIE

“Artigo 18.º

Utilização dos edifícios

1 - O pedido de autorização de utilização de edifícios ou suas frações autónomas e recintos, referido no artigo 63.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, deve ser instruído com termo de responsabilidade subscrito pelo diretor de obra ou pelo diretor de fiscalização de obra, no qual deve declarar que se encontram cumpridas as condições de SCIE.

2 - Quando haja lugar a vistorias, nos termos dos artigos 64.º e 65.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, ou em virtude de legislação especial em matéria de autorização de funcionamento, nas mesmas deve ser apreciado o cumprimento das condições de SCIE e dos respetivos projetos ou fichas de segurança, sem prejuízo de outras situações previstas na legislação específica que preveja ou determine a realização de vistoria.

3 - As vistorias referidas no número anterior, referentes às 2.ª, 3.ª e 4.ª categorias de risco, integram um representante da ANEPC ou de uma entidade por ela credenciada.”

RJUE

Artigo 64.º

Concessão da autorização de utilização

(...)

2 - O presidente da câmara municipal, oficiosamente ou a requerimento do gestor do procedimento e no prazo previsto no número anterior, determina a realização de vistoria, a efetuar nos termos do artigo seguinte, quando se verifique alguma das seguintes situações:

a) O pedido de autorização de utilização não estar instruído com os termos de responsabilidade previsto no artigo anterior;

b) Existirem indícios sérios, nomeadamente com base nos elementos constantes do processo ou do livro de obra, a concretizar no despacho que determina a vistoria, de que a obra se encontra em desconformidade com o respetivo projeto ou condições estabelecidas;

c) Tratando-se da autorização prevista no n.º 2 do artigo 62.º, existam indícios sérios de que o edifício, ou sua fração autónoma, não é idóneo para o fim pretendido.

(...)

- O pedido de autorização de utilização de edifícios foi instruído com termo de responsabilidade no qual se garantiu o cumprimento das condições de SCIE, conforme dispõe o art.º. 18º RJSCIE – Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios.
- Não foi realizada vistoria, uma vez que não se verificou enquadramento na respetiva legislação, nomeadamente no art. 64º do RJUE - regime jurídico urbanização e edificação

MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

Razões:

- Identificar os riscos e minimizar os seus efeitos;
- Prever cenários de acidentes para os riscos identificados;
- Definir princípios, normas e regras de atuação face aos cenários possíveis;
- Organizar os meios e definir tarefas para cada um dos intervenientes;
- Evitar confusões, erros, atropelos e a duplicação de atuações;
- Prever e organizar antecipadamente a evacuação e intervenção;
- Estabelecer procedimentos, os quais poderão ser testados, através de exercícios e simulacros.

Objetivos:

- Dotar o edifício de um nível de segurança eficaz;
- Limitar as consequências de um acidente;
- Sensibilizar para a necessidade de conhecer e rotinar procedimentos de autoproteção a adotar, por parte de todos os utilizadores, em caso de acidente;
- Preparar e organizar os meios humanos e materiais existentes, para garantir a salvaguarda de pessoas e bens, em caso de ocorrência de uma situação perigosa;
- Conhecimento das condições de segurança do edifício;
- Correção das situações disfuncionais detetadas;
- Maximização de resposta dos meios de 1.ª intervenção;
- Organização dos meios humanos para atuação em situação de emergência;
- Elaboração de um plano de evacuação das instalações.



MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

- As Medidas de Autoproteção constituem um instrumento simultaneamente preventivo e de gestão operacional, uma vez que, ao identificar os riscos, estabelece os meios para fazer face ao acidente, atribuindo tarefas à equipa de segurança, nomeadamente evacuação.
- Aprovadas pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil em 22/06/2021.
- Constituição das Equipas de Segurança;
- Formação (map, evac, meios de 1ª int., sbv/dae)

	MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA
		Abril/2021


MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO
MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA
Freguesia de São Vicente
Braga

NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO FINAL
Exmo. (a) Senhor(a) Paula Cristina Fernandes Paiva,

Após análise, considera-se que o pedido reúne todos os critérios definidos pela legislação em vigor, pelo que foi Deferido.

Dados do processo

Nº processo: 1093734
Entidade competente: Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
Data realização processo: 03-06-2021 15:38
Morada do edifício: Praça Comércio nº11a Braga 4700-370 Braga

Dados do(s) pedido(s)

N.º pedido	Nome do serviço	Tipo de comunicação	Data submissão
28134/2021	Segurança contra incêndio em edifícios - Pedido de parecer a Medidas de Autoproteção	Autorização	07-06-2021 00:03

Dados do requerente

Nome: Paula Cristina Fernandes Paiva
Correio eletrónico: protecao.civil@cm-braga.pt
Telemóvel: 966041166
Telefone: --

Dados do titular

NIPC/NIF: 506901173
Nome: Município de Braga

Dados da decisão

Data de decisão: 22-06-2021
Decisão: Deferido
Fundamento: **NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO FINAL – MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO FAVORÁVEL (Deferimento)**

1. De acordo com o estabelecido no artigo 11.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº4/ 2015, de 7 de janeiro (CPA), notifico Vossa que o pedido identificado na presente notificação obteve parecer FAVORÁVEL.

2. A decisão constante da presente notificação foi proferida por despacho do Sr. Comandante Operacional Distrital, Homenegildo Azeite, na Informação nº INF/6044/CD/05/2021, de 2021-06-09, no âmbito das competências da ANEPC previstas no Decreto-Lei nº 220/2008 de 12 de novembro, revisto e republicado pela Lei nº 123/2019 de 18 de outubro.

3. Todo o expediente encontra-se ao dispor do interessado ou do seu representante na sua área reservada no Portal dos serviços públicos;

4. Mais se informa que, de acordo com o artº 19º da Lei nº 123/2019 de 18 de outubro, todos os edifícios estão sujeitos a inspeções regulares a realizar pela ANEPC ou por entidade credenciada, com a periodicidade definida pela respetiva categoria de risco.

A Assistente Técnica
Elisabete Oliveira
Comando Distrital de Operações de Socorro de Braga

Obrigado pela atenção!



